



1290001476



IE

TCC/UNICAMP Y8a



UNICAMP

iversidade Estadual de Campinas

Instituto de Economia

CE-851 Monografia II

Análise do conceito de estrutura centro-periferia e de suas implicações no desenvolvimento da América Latina

Fernanda Marie Yonamini – 002998

Prof. Orientador: Plínio de A. Sampaio Jr.

Campinas, janeiro de 2005.

TCC/UNICAMP
Y8a
IE/1476

CEDOC/IE

*A história do subdesenvolvimento da América Latina
integra, como já se disse, a história do
desenvolvimento do capitalismo mundial.*

Eduardo Galeano

Sumário

<i>Resumo</i>	4
<i>Abstract</i>	4
<i>Introdução</i>	5
<i>Capítulo I – Conceitos Básicos</i>	9
<i>Capítulo II – O Sistema de Divisão Internacional do Trabalho</i>	16
<i>Capítulo III – A Industrialização Substitutiva de Importações</i>	21
<i>Capítulo IV – A Transnacionalização do Capital</i>	27
<i>Referências Bibliográficas</i>	32
<i>Anexos</i>	35

Resumo

Este trabalho procurará explicar o conceito de estrutura centro-periferia partindo da hipótese de que há uma hierarquização no sistema capitalista mundial entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Tentar-se-á mostrar as diferentes maneiras como este tipo de relação condiciona o desenvolvimento das economias latino-americanas.

Palavras – chave

Estrutura centro-periferia; Cepal; desenvolvimento; subdesenvolvimento; hierarquização do sistema capitalista mundial.

Abstract

This work will try to explain the concept of the centre-periphery structure based on the hypothesis that there is a hierarchy on the world capitalist system between developed and underdeveloped economies. I will try to show how this kind of relationship conditions the development of Latin American economies.

Keywords

Centre-periphery structure; Eclac; development; underdevelopment; hierarchy on the world capitalist system

Introdução

O longo período de recessão que houve na América Latina fez com que os países se voltassem muito para a idéia de uma abertura externa. O argumento apresentado era o de que essas economias eram demasiadamente fechadas, muito controladas, e para terem mais dinamismo deveriam se abrir ao exterior. Esta foi a base do Consenso de Washington, elaborado no início dos anos 90, e que não passou de um receituário neoliberal. Muitos governantes acreditaram que seus países se encaminhariam para uma fase de progresso, avanço e desenvolvimento. O que ocorreu na prática foi justamente o inverso (Furtado, 2004: p. 16).

Durante a década de 1990, a maioria dos países da América Latina passa a adotar políticas neoliberais, baseadas no Consenso de Washington, que prometia retomada do crescimento com estabilização. A despeito do que prometiam essas políticas, o crescimento e a distribuição de renda apresentaram resultados desanimadores para a região.

De acordo com dados da Cepal, a região apresentou as seguintes taxas de crescimento do PIB: 0,6% para o período de 1980-85, e 1,7% para o período de 1985-90, que resultou numa taxa total para a década de 1980 de 1,1%. Na década de 1990 podemos observar uma ligeira recuperação, e o crescimento foi de 3,1%, e a taxa de crescimento *per capita* deste período foi de 1,4%. Porém, não é nada que se compare com o crescimento de anos anteriores, como por exemplo a década de 1970, que mostrou crescimento de 5,6%.

Taxas Anuais Médias de Variação do PIB

Países	1960		1970		1980		1990		2000-2003	
	Total	per capita	Total	per capita	Total	per capita	Total	per capita	Total	per capita
América Latina	5,30	2,47	6,02	3,47	-0,75	-0,02	2,65	0,94	1,46	-0,32
Argentina	4,33	2,73	2,98	1,36	-0,59	-1,33	3,97	2,63	-3,63	-6,66
Bolívia	5,66	3,28	4,53	2,00	-0,48	-2,45	3,99	1,55	1,90	-0,33
Brasil	5,69	2,76	8,63	6,07	2,92	0,89	1,73	0,27	2,19	0,99
Chile	4,40	2,08	1,96	0,30	3,20	1,60	5,81	4,21	3,12	1,76
Colômbia	5,03	2,03	5,69	3,20	3,72	1,57	2,57	0,61	1,82	-0,03
Equador	5,23	2,18	10,01	6,88	2,09	-0,45	1,77	-0,40	3,16	2,02
México	6,74	3,46	6,34	3,23	2,02	-0,15	3,34	1,54	2,62	0,95
Paraguai	4,22	1,76	8,09	5,16	3,94	0,85	2,14	-0,58	-0,82	-2,89
Peru	5,33	2,36	3,94	1,13	-0,20	-2,50	3,15	1,30	2,79	0,95
Uruguai	1,53	0,45	2,57	2,20	0,91	0,30	3,14	2,39	-4,64	-6,01
Venezuela	4,61	1,01	3,15	-0,33	-0,80	-3,38	2,54	0,31	-0,04	-2,09

Fonte: CEPAL

Com relação à distribuição de renda, os dados tampouco são animadores. A partir da análise de sete países da região (Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela), podemos constatar que houve um aumento na concentração de renda em todos eles. Ademais, podemos verificar que o Brasil é o país de mais acentuada concentração da renda.

Durante as décadas de 1980 e 1990, os 20% mais pobres da população detiveram algo em torno de 4,5 a 5% da renda nacional (caso do Chile), e aproximadamente 9% da renda no Uruguai. Já os 20% mais ricos detêm entre 40 e 55% da renda nacional.

No Brasil, os 20% mais pobres da população detiveram algo em torno de 3,5% da renda nacional, e os 20% mais ricos aumentaram a sua participação na renda de 55 para 61%.

Distribuição de Renda em países selecionados					
Decis	Argentina	Brasil		México	
	Meados 1960	Meados 1960	1999	Meados 1960	1998
1º Decil	2,90	2,80	0,61	1,50	1,37
2º Decil	4,10	3,20	1,44	2,10	2,25
3º Decil	4,80	4,00	2,12	3,10	3,10
4º Decil	5,50	4,40	2,92	3,80	4,07
5º Decil	6,10	5,40	3,85	4,90	5,21
6º Decil	7,10	6,40	5,04	6,00	6,45
7º Decil	8,00	7,70	6,65	8,10	8,13
8º Decil	9,60	9,80	9,31	12,00	10,70
9º Decil	12,90	14,80	15,03	17,00	15,62
10º Decil	39,10	41,50	53,02	41,50	43,09

Fonte: Cepal

Para uma melhor compreensão desses resultados, será necessário recorrer à análise do pensamento da Cepal, que tinha clara consciência do atraso estrutural das economias latino-americanas e procurava medidas alternativas à teoria convencional para solucionar este atraso.

A partir desta constatação, estudaremos o conceito de estrutura centro-periferia desenvolvido na economia política da Cepal, e examinaremos sua aplicação para a compreensão da industrialização latino-americana e de seus dilemas. O trabalho será, então, desdobrado em quatro partes:

- O primeiro capítulo sistematizará os conceitos utilizados ao longo do trabalho, tais como desenvolvimento, subdesenvolvimento, centro, periferia, na visão de cada autor analisado.
- O segundo capítulo tratará do período de vigência da divisão internacional do trabalho, mostrando qual era a relação existente entre o centro cíclico principal e as economias periféricas e que nesta fase o processo de desenvolvimento periférico ocorria através de sua integração ao sistema econômico mundial como exportador de produtos primários;
- O terceiro capítulo abordará a crise da divisão internacional do trabalho, período no qual houve uma mudança de centro cíclico principal – que passou da Inglaterra para os Estados Unidos – e exporá como ocorreu

a reorganização da relação centro-periferia. Tentará, também, mostrar que a única via de desenvolvimento possível para a periferia era a industrialização.

- O quarto capítulo tratará da reorganização da divisão internacional do trabalho, fase caracterizada pela transnacionalização das empresas norte-americanas, e mostrará qual foi a mudança que tal fato acarretou no processo de desenvolvimento da periferia e como ficou sua relação com o centro do sistema capitalista mundial.

Capítulo I – Conceitos Básicos

O termo subdesenvolvimento foi utilizado pela primeira vez na literatura econômica por Hans Singer e Paul Rosestein-Rodan em seus estudos para a Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa, numa referência à Espanha, a Portugal e à Grécia. Porém, estes autores seguiam a teoria econômica convencional, e acreditavam que o subdesenvolvimento seria uma etapa do desenvolvimento (Oliveira, 2000). Deste ponto de vista, a superação do subdesenvolvimento se faria através do crescimento econômico.

Ainda de acordo com a visão convencional, para W.W. Rostow, por exemplo, o processo de desenvolvimento por ele descrito é válido tanto para as nações que já o atingiram ao final do século XIX quanto para aquelas que ainda estão subdesenvolvidas. Da mesma forma, estas nações devem atrair recursos para a formação e modernização do capital social fixo e da agricultura, têm de introduzir níveis de renda acima do consumo nos setores modernos e transferir pessoas empreendedoras para a indústria, se quiserem desenvolver-se como as nações adiantadas o fizeram no século passado (Rostow, 1978).

Entretanto, de acordo com a linha de pensamento da Cepal, o tratamento convencional não é suficiente para apreender a realidade do subdesenvolvimento latino-americano. Assim, os autores cepalinos propuseram um enfoque alternativo, visando apreciar as características do subdesenvolvimento como conjunto de resultados inerentes ao funcionamento de um determinado sistema (Sunkel, 1970).

Para os autores cepalinos, o desenvolvimento nas condições da periferia latino-americana não seria uma “etapa” de um processo universal de desenvolvimento – como era, por exemplo, em Rostow – mas um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se seqüências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico (Bielschowsky, 2000: p.22).

Na América Latina, o estudo do subdesenvolvimento só passou a ser feito sistematicamente com a criação da Cepal. Isto ocorria principalmente porque, de acordo com Cardoso e Faletto, havia muita confusão em torno dos conceitos de desenvolvimento e sistema capitalista, o que levava à crença de que para uma economia lograr o desenvolvimento era necessário repetir o processo evolutivo dos países industrializados. Entretanto, para estes autores, não se deve estudar os momentos históricos do capitalismo na tentativa de encontrar sua repetição nos países periféricos, mas sim para entender como se produziu, em cada momento, a relação entre centro e periferia (Cardoso e Faletto, 1984).

A concepção cepalina apresenta marcadas diferenças com respeito às teorias correntes do crescimento a longo prazo, na medida em que não procura captar o processo de acumulação e de progresso técnico em uma economia tipo capitalista, considerada isoladamente, mas elucidar quais as características que tal processo assume ao se difundirem as técnicas capitalistas de produção no âmbito de um sistema econômico mundial composto por *centros* e *periferia* (Rodriguez, 1981: p. 37).

Mesmo após a criação da Cepal, quando seus estudos ainda não eram difundidos fora do meio acadêmico, observava-se muito freqüentemente que as autoridades políticas nacionais apenas copiavam a doutrina prevalecente nos países centrais, por falta de uma teoria específica para a região, levando ao que Celso Furtado chamou por “mimetismo doutrinário”.

Remontándose al período en que comienza a actuar la CEPAL, esto es, al segundo quinquenio de los años 40, es fácil discernir una situación en que se contradecían – o, por lo menos, no armonizaban entre sí – el comportamiento y los propósitos en boga en los países hoy económicamente más avanzados de la región y el cuerpo de ideas y esquemas teóricos y doctrinarios prevalecientes (Pinto e Kñakal, 1973: p.21-22).

A história da política econômica, nos países da América Latina, está marcada pela falta de visão crítica das teorias econômicas invocadas. Não se situando corretamente dentro da complexa estrutura do sistema capitalista, muitos dirigentes políticos deslizavam com frequência para o mimetismo doutrinário (Furtado, 1982: p.99).

Os primeiros estudos da Cepal, portanto, baseavam-se em um novo conceito, o sistema centro-periferia, criado por um dos membros da instituição, Raúl Prebisch. De acordo com essa conceituação, os países pertencentes ao centro do sistema são aqueles mais dinâmicos, criadores de progresso técnico. Já os países periféricos são aqueles de lenta propagação e penetração do progresso técnico, compostos por setores produtivos atrasados.

O atraso no desenvolvimento das forças produtivas, num contexto dominado pela rápida modernização dos padrões de consumo, criou a ruptura estrutural centro-periferia, que é o traço mais saliente do sistema capitalista. No capitalismo central o esforço acumulativo, ao transformar o sistema produtivo no sentido de elevação da produtividade física do trabalho, abriu espaço a um processo de homogeneização social. As economias periféricas passaram por um processo de modernização das formas de consumo de uma parte da população antes de engajar-se decididamente no esforço de desenvolvimento das forças produtivas. Ao retardar o processo de industrialização, os efeitos desta no plano social já não teriam a mesma força homogeneizadora que se observou nos países centrais. Essa diversidade estrutural do sistema capitalista deve ser tida em conta toda vez que se pretenda fundar a ação política em teorias econômicas (Furtado, 1982: p.98).

Os países periféricos acabam por copiar os padrões de consumo do centro, no chamado processo de modernização, antes de ter uma estrutura produtiva interna que seja capaz de suprir a demanda das classes mais abastadas da sociedade, contribuindo para que aumente a desigualdade tanto em seu interior

como entre este e os países desenvolvidos (Rodriguez, 1981). Assim, a análise cepalina pressupõe que:

durante a evolução a longo prazo do sistema econômico mundial, se alargue a brecha entre esses dois pólos, entre o caráter desenvolvido dos centros e o caráter subdesenvolvido da periferia (Rodriguez, 1981: p. 38).

Neste primeiro momento do estudo da relação centro-periferia vigorava o sistema de divisão internacional do trabalho, e as economias periféricas exerciam o papel de exportadoras de produtos primários. Dessa forma, atribuíam-se como causa do subdesenvolvimento a deterioração dos termos de intercâmbio, que originava a heterogeneidade estrutural. Esta deterioração era fruto da concentração do progresso técnico nas atividades exportadoras e deixava a maioria da população sem acesso aos benefícios do desenvolvimento (Prebisch, 1984).

A diferença existente entre o desenvolvimento do centro e da periferia deve-se à concentração do progresso técnico no centro e à sua distribuição desigual para as outras nações menos desenvolvidas. Esta, na verdade, é a hipótese fundamental do esquema analítico de Prebisch (Tavares, 2001).

Ainda de acordo com Prebisch, o desenvolvimento econômico dos países periféricos, ou seja, sua inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, nada mais é do que uma etapa adicional do desenvolvimento das economias do centro do sistema (Cepal, 1951).

A partir da utilização desse conceito, tornou-se possível o surgimento de uma teoria do subdesenvolvimento, esta formulada por Celso Furtado. De acordo com essa teoria, o subdesenvolvimento deixa de ser uma fase do desenvolvimento e passa a ser um processo distinto, com causas e conseqüências idem.

Em síntese: desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico,

ligado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna (Furtado, 1978: p.8-9).

Sua visão [Celso Furtado] do que é o subdesenvolvimento representa um enorme avanço sobre a dicotomia atraso/modernização e, em particular, sobre a visão “etapista” que predominava nos centros de pensamento hegemônico e também no debate acadêmico e político (Tavares, 2000: p. 130).

Teoricamente, sua concepção é semelhante ao esquema centro-periferia de Prebisch (1949), mas sua visão é mais completa porque contempla a análise de nossa estrutura subdesenvolvida e a dinâmica da sua articulação interna-externa (Tavares, 2000: p. 129).

O subdesenvolvimento era, então, o fruto da introdução de técnicas modernas em sociedades tradicionais. A utilização dessas técnicas mais modernas cria um excedente de mão-de-obra nos setores em que elas são introduzidas, levando à existência, em uma mesma economia, de diferentes taxas de produtividade do trabalho. Trata-se da heterogeneidade estrutural – coexistência de setores modernos (com produtividade compatível como as do centro) e atividades que utilizam técnicas antiquadas – que é uma característica do subdesenvolvimento.

Podemos definir uma estrutura subdesenvolvida como aquela em que a plena utilização do capital disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, ao nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento (Furtado, 1961: p.195).

Neste caso, o desenvolvimento do país não é uma simples questão de crescimento econômico, de acumulação, como é o caso das economias já

industrializadas. A idéia de desenvolvimento possui, além da dimensão da eficácia produtiva a que fizemos referência, uma outra dimensão, que nas economias industrializadas já foi resolvida. Trata-se da luta pela apropriação do excedente entre a satisfação das necessidades básicas da população e a “consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos” (Furtado, 1980: p.16). Isto porque na economia periférica, o excedente é escasso, não sendo suficiente para atender a essas duas demandas originadas de diferentes grupos sociais.

De acordo com Sunkel, o subdesenvolvimento não pode ser admitido como um momento na evolução de uma sociedade isolada e autônoma. Para ele, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são processos distintos, mas sim duas faces de um mesmo processo, são historicamente simultâneos e se interagem e se condicionam mutuamente, e muitas das características típicas se derivam desta associação histórica (Sunkel, 1970 a).

Essas duas faces materializam-se em duas polarizações: a polarização do mundo entre países desenvolvidos e centrais e países subdesenvolvidos, periféricos e dependentes; e a polarização dentro dos países em grupos sociais semelhantes: um avançado e moderno e outro atrasado, marginalizado e dependente.

Assim, subdesenvolvimento, marginalização e dependência são aspectos, manifestações ou conseqüências do processo geral de evolução do sistema capitalista internacional (Sunkel, 1970).

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento, portanto, podem ser compreendidos como estruturas parciais, mas interdependentes, que configuram um único sistema. Uma característica principal que diferencia essas duas estruturas é que a desenvolvida, sobretudo em virtude de sua capacidade endógena de crescimento, é a dominante, e a subdesenvolvida, em parte em função do caráter induzido de sua dinâmica, é dependente; e isso se aplica tanto ao que se observa entre os países quanto ao que se constata entre regiões dentro de um mesmo país (Sunkel, 1970: p.529).

De acordo com Cardoso e Faletto, o subdesenvolvimento surge com a expansão do capitalismo comercial ligando num mesmo mercado economias que apresentam graus variados de diferenciação do sistema produtivo e ocupam posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Há entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas uma diferença de função ou posição dentro da estrutura econômica internacional de produção e distribuição (Cardoso e Faletto, 1984).

A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo – apesar de que, como vimos, isso implique algumas “conseqüências” sociais – sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente ou externamente. As noções de “centro” e “periferia”, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência (Cardoso e Faletto, 1984: p. 27).

Como podemos perceber, apesar das definições dos conceitos diferirem um pouco em cada um dos autores acima citados, não há conflito em suas opiniões a respeito do aspecto “não-etapista” do processo de subdesenvolvimento, ao contrário do que se postula na teoria do desenvolvimento convencional. Nas palavras de Bielschowsky:

Para os autores cepalinos, o desenvolvimento nas condições da periferia latino-americana não seria uma “etapa” de um processo universal de desenvolvimento, mas um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se seqüências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico (Bielschowsky, 2000: p.22).

Capítulo II – O Sistema de Divisão Internacional do Trabalho

“Pensareis, talvez, senhores – dizia Karl Marx em 1948 -, que a produção de café e açúcar é o destino natural das Índias Ocidentais. Há dois séculos, a natureza, que pouco tem a ver com o comércio, não tinha plantado ali nem a árvore do café nem a cana-de-açúcar”. A divisão internacional do trabalho não se foi estruturando por obra e graça do Espírito Santo, senão por obra dos homens ou, mais precisamente, por causa do desenvolvimento internacional do capitalismo (Galeano, 1991: p.77).

A formação dos Estados Nacionais latino-americanos decorre da desorganização dos impérios espanhol e português no final do século XVIII, devido às transformações econômicas e políticas ocorridas na Europa. As mudanças no marco político têm como causa principal as guerras napoleônicas, enquanto que as econômicas decorrem de um processo que culminou na Revolução Industrial¹.

La Revolución Industrial es en efecto el comienzo de una nueva era en la historia de la humanidad, pues con ella se inicia una etapa de acumulación creciente de población y de bienes y servicios que es permanente y sistemática y no tiene precedentes en la historia humana (Sunkel, 1970a: p. 3).

A Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra e depois espalhou-se pelo continente europeu. Devido a este acontecimento, a demanda por matérias-primas tornou-se maior que a capacidade de produção desses países. Como também havia a necessidade de se encontrar novos mercados consumidores, criou-se o sistema de divisão internacional do trabalho entre os países. Observou-se, então, a integração ao comércio internacional dos países produtores de matérias-primas.

¹ Ver Celso Furtado, *A economia latino-americana*, cap. III. São Paulo, 1986.

Este periodo tiene enorme significación para los países subdesarrollados de hoy por cuanto la enorme expansión de la economía industrial moderna en los países originarios de la Revolución Industrial va creando, desde la segunda mitad del siglo pasado, una economía internacional integrada en la cual comienzan a participar en forma creciente los países que actualmente se consideran subdesarrollados, y que se han llamado también “países periféricos” (Sunkel, 1970a: p. 5).

Este sistema de divisão internacional do trabalho era baseado na especialização da produção e originou a teoria das vantagens comparativas, cujo expoente foi David Ricardo². Assim, a Inglaterra e demais países industrializados produziam manufaturas, enquanto o resto do mundo produzia matérias-primas.

O aumento da demanda mundial por matérias-primas e alimentos levou à elevação da produtividade e à especialização dos países latino-americanos na exportação de apenas um ou dois produtos primários, muitas vezes levando a uma reversão da estrutura produtiva desses países.

Não foram poucos os casos em que a expansão do excedente foi acompanhada de simplificação do sistema produtivo – liquidação de atividades produtivas ligadas ao mercado interno em benefício de uma mono-exportação – ao mesmo tempo que a demanda interna, alimentada pelas importações, se diversificava consideravelmente (Furtado, 1980: p. 89).

A partir da criação deste sistema, temos também uma outra forma de classificação dos países em países cêtricos e periféricos. Os países do centro do sistema são aqueles que primeiro se industrializaram, e os da periferia são aqueles baseados em economias primário-exportadoras.

Note-se que nesse sistema a inserção dos países latino-americanos no comércio internacional e a dinamização das economias destes países não ocorre

² David Ricardo, *Princípios de Economia Política e Tributação*, São Paulo, 1988.

de forma autônoma, mas sim para atender os interesses dos países do centro do sistema capitalista.

Pouca dúvida pode haver de que o sistema de divisão internacional do trabalho – a especialização geográfica erigida em princípio básico ordenador das atividades econômicas – é fruto da iniciativa do núcleo industrial em seu empenho de ampliar os circuitos comerciais existentes ou de criar novos (Furtado, 1980:p. 83).

A expansão da demanda por produtos primários causada pela Revolução Industrial possibilitou a formação de um mercado consumidor de produtos manufaturados. No início, este mercado era atendido por manufaturas originadas do centro do sistema. Como a demanda mundial por produtos primários crescia mais lentamente que a diversificação da demanda interna, esta economia enfrentaria problemas em seu balanço comercial.

A forma pela qual grande parte da periferia buscou solucionar este problema foi através da industrialização. Uma vez que não era possível aumentar o coeficiente de exportações, tentou-se uma reestruturação econômica com o objetivo de diminuir o coeficiente de importações³.

A oferta de origem interna fazia-se extremamente rígida e, portanto, altamente dependente do comportamento da demanda externa. A evolução da demanda de origem interna apresentava características totalmente diversas. O aumento da renda assumia a forma de capacidade de compra no exterior, onde brotava a torrente de produtos novos. A tendência, portanto, era no sentido de uma rápida diversificação. Mas também neste caso a dependência do exterior era crescente (Furtado, 1980: p. 105).

³ Celso Furtado, *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*, São Paulo, 1980.

É devido a esses fatores que a Cepal considera o processo de industrialização da periferia um fenômeno espontâneo, que surge da necessidade de se fazer frente aos desequilíbrios do balanço de pagamentos (Rodriguez, 1981).

Este processo de industrialização não é incompatível com a divisão internacional do trabalho, até porque neste processo é necessário importar quantidade considerável de máquinas e equipamentos. Estes, por sua vez, só poderiam ser adquiridos através da renda obtida da exportação dos produtos primários.

Nesta primeira fase da industrialização periférica, identificam-se três tipos de indústrias:

- As diretamente ligadas ao setor primário exportador, utilizadas como forma de aumentar o valor adicionado das exportações, são muito ligadas à demanda exterior e não têm capacidade de transformar a estrutura produtiva do país;
- As que se beneficiam de proteção natural: geralmente são as de produtos perecíveis, as que têm alto custo de transporte e as que atendem às classes mais baixas de renda. Estas industrial raramente têm acesso à tecnologia moderna e ao financiamento externo, por serem menos dinâmicas;
- As complementares das importações: se ligam ao mercado interno e possuem poder de transformar a estrutura produtiva e grande dependência de tecnologia e financiamento externos. São o ponto de partida das indústrias de substituição de importações.

A dependência financeira subordinava a aquisição de equipamentos a fornecedores estrangeiros, reduzindo a atividade industrial ao processamento de matérias-primas locais com equipamentos importados ou ao acabamento de bens de consumo importados semi-elaborados, sempre com base em equipamentos adquiridos no exterior [...] a instalação das indústrias se fazia sem que se criasse uma autêntica mentalidade industrial, a qual pressupõe não apenas a formação de administradores, mas também de quadros com um

conhecimento cabal dos processos tecnológicos (Furtado, 1986: p. 125-126).

Capítulo III – A Industrialização Substitutiva de Importações

O crescimento fabril da América Latina fora iluminado, em nosso século, de fora. Não foi gerado por uma política planificada em direção ao desenvolvimento nacional, nem coroou a maturação das forças produtivas, nem resultou da explosão dos conflitos internos, já "superados", entre os latifundiários e um artesanato nacional, que morrera pouco depois de nascer. A indústria latino-americana nasceu do próprio ventre do sistema agroexportador, para dar resposta ao agudo desequilíbrio provocado pela queda do comércio exterior (Galeano, 1991:p.227).

No final do século XIX, a hegemonia inglesa passa a ser fortemente contestada, o que impossibilitou a coordenação das políticas dos países centrais (Furtado, 1980). Tal contestação levou as nações a concorrerem entre si, cada uma procurando formar maiores zonas de influência na periferia do sistema, fato que ficou conhecido na história como imperialismo.

Os problemas econômicos decorrentes de transações entre empresas de países diferentes tenderam a ser apresentados como problemas criados por conflitos de interesses entre nações. A expansão no exterior de uma empresa era vista como de "interesse nacional" e, com frequência, todo um povo pagou o preço de uma guerra para defender esses interesses (Furtado, 1980: p. 119-120).

Este desenvolvimento não articulado do centro levou a acirramentos cada vez maiores, que acabaram culminando na Primeira Guerra Mundial. O período que vai do início da Primeira Guerra ao final da Segunda (1914-1945) é marcado, então por uma grande crise política e institucional, em que o sistema de divisão internacional do trabalho foi posto em cheque, devido ao fechamento das economias. Outra característica do período foi a ascensão de um novo centro da economia mundial: os Estados Unidos.

Sustenta-se que essas modificações de estrutura, de grande importância para a periferia, estão relacionadas com a mudança do centro-cíclico principal do sistema, posição na qual a Grã-Bretanha é substituída pelos Estados Unidos. A grandeza do coeficiente de importações do novo centro é notavelmente inferior à do antigo, além do que, tende a diminuir com o tempo. Segundo se afirma, ambos os fenômenos provêm de uma acentuada política protecionista, muito diferente da política de livre câmbio predominante durante o período de hegemonia britânica (Rodriguez, 1981: p. 68).

Essa mudança de poder gerou a necessidade de uma reestruturação das economias periféricas. Isto porque o novo centro dispunha de oferta interna de matérias-primas e alimentos, e seu coeficiente de importações era muito pequeno se comparado ao da Inglaterra e apresentava tendências declinantes.

Esse tipo particular de industrialização, subsequente a uma fase de formação de uma demanda de manufaturados importados e coetânea de uma baixa do coeficiente de importação, veio a ser conhecido na América Latina como de “substituição de importações” (Furtado, 1980: p. 123).

Com a queda das exportações de produtos primários, a periferia precisou diminuir também suas importações. A partir deste momento surge a industrialização por substituição de importações e a necessidade de reorganização da pauta de importações. Houve aumento da demanda de importações de bens de capital e intermediários em detrimento dos bens de consumo duráveis.

A industrialização da periferia exige a limitação da importação dos bens cuja substituição física está sendo realizada, além de restringir também a importação de outros bens dos quais se pode prescindir, pelo menos temporariamente, para poder aumentar a importação dos bens necessários para a produção substitutiva [...] Entende-se pois que a

industrialização substitutiva leva necessariamente a uma mudança na composição das importações (Rodriguez, 1981: p. 73).

Outro fator importante que influenciou a opção pela industrialização foi o grande massa de trabalhadores que foram expulsos do campo devido à implantação de técnicas mais modernas na produção agrícola.

À medida que a técnica moderna aumenta a produtividade, vai-se criando um excedente de potencial humano que a agricultura já não requer. Recorre-se então à indústria e a outras atividades, para absorver produtivamente essa força de trabalho (CEPAL, 1951: p. 141)

A análise da Cepal para esta fase do desenvolvimento latino-americano era de que as condições eram favoráveis à industrialização das nações como forma de superar o subdesenvolvimento, e partir para a exportação de manufaturas.

No centro do pensamento que irradiou da Cepal estava a percepção de que os países que se haviam especializado na exportação de uns poucos produtos primários e que nesse quadro haviam começado a industrializar-se estavam submetidos a pressões de balanço de pagamentos com raízes estruturais, o que se traduzia numa elasticidade-renda da demanda de manufaturas importadas muito superior à unidade [...] Na mesma linha de pensamento admitia-se que, uma vez consolidado o sistema industrial, com base no mercado interno, abria-se a possibilidade de diversificar as exportações e superar a fase primário-exportadora (Furtado, 1982: p. 103-104).

Porém, apesar de o desenvolvimento dos países da América Latina ocorrer voltado “para dentro”, para seu mercado interno e também de um certo fechamento do centro, o sistema de relações centro-periferia continuou a vigorar. Este, entretanto, dava-se em novas bases: a periferia importava agora máquinas e equipamentos e procurava continuar exportando produtos primários. Continuava a prevalecer uma situação de dependência.

O problema para a periferia, nesta fase de seu desenvolvimento, é que sua pauta de importações contém agora bens de maior valor agregado, tais como máquinas e equipamentos necessários para sua industrialização. E as exportações de produtos primários vê-se deprimida, quer pela menor demanda do centro por esses produtos, quer pela diminuição desses preços.

Mas persiste o esquema anacrônico de intercâmbio, inerente a um conceito peculiar da divisão internacional do trabalho que prevalecia até pouco tempo atrás: o intercâmbio de produtos primários por manufaturas. Dentro desse esquema, foi-se desenvolvendo a industrialização de nossos países. E agora começa-se a sentir, com crescente intensidade, o obstáculo que isso representa para o desenvolvimento econômico, porque, enquanto a demanda de produtos manufaturados que importamos tende a se elevar rapidamente, as exportações primárias aumentam com relativa lentidão, em grande parte por razões alheias à decisão dos países latino-americanos. Existe, pois, uma tendência latente para o desequilíbrio, que se agudiza com a intensificação do desenvolvimento econômico (Prebisch, 1963 : p. 457).

Além disso, como se procura copiar os padrões de consumo do centro, haverá sempre a necessidade de se importar bens de capital que não são condizentes com a realidade dos países periféricos. No geral, essas máquinas são poupadoras de mão-de-obra, enquanto o que se pretende com a industrialização periférica é justamente empregar a mão-de-obra expulsa pela modernização das atividades agrícolas.

Neles [países de menor desenvolvimento], as inovações técnicas não repetem a trajetória gradativa que tiveram no desenvolvimento histórico dos centros industrializados, nem têm que passar, por conseguinte, pelas fases sucessivas de desenvolvimento que seu bens de capital tiveram [...] Assim, sucede que equipamentos com uma grande intensidade de capital por homem empregado, compatíveis com a elevada renda *per capita* dos centros industrializados, são igualmente

oferecidos aos países menos desenvolvidos, nos quais a renda *per capita* e, portanto, a capacidade de poupança são evidentemente inferiores (Prebisch, 1973: p.200).

Como essa produção destinava-se a uma minoria da população, às “elites periféricas”, fica patente também o problema da ineficiência de escala dessas indústrias.

Ora, considerando-se a maneira simultânea com que ambos os objetivos foram sendo alcançados e a indivisibilidade dos equipamentos em que se concretiza o processo tecnológico, as combinações a que se chegou na economia de um país altamente industrializado e com elevado capital *per capita* não podem ser arbitrariamente desfeitas e transformadas noutras combinações, que se adaptem melhor à realidade de um país menos desenvolvido e com disponibilidade de capital muito inferior por habitante [...] seria preciso encontrar equipamentos em que se investisse menos no objetivo de economizar a mão-de-obra por unidade de capital e mais no de aumentar a produção (Prebisch, 1973: p. 202).

Mesmo com a implantação de algumas indústrias, a relação centro-periferia fazia-se muito presente. Isso ocorria porque a criação de progresso técnico ainda se concentrava nos países centrais, sendo necessário que a periferia importasse os bens de capital originários daqueles países. Acrescente-se a isso o fato de a diversificação produtiva ter-se moldado pela demanda final.

Como a demanda engendrada pela modernização já era consideravelmente diversificada, os investimentos industriais tendiam a dispersar-se, sem que o tecido industrial adquirisse solidez (Furtado, 1980: p.130).

A propósito da criação de progresso técnico ocorrer no centro do sistema, elaborou-se na Cepal a idéia de inadequação tecnológica. Segundo a análise

cepalina, as economias periféricas adotam as tecnologias mais modernas por serem elas de maior eficiência técnica e econômica. Porém, essas tecnologias têm como características a elevada densidade de capital, as indivisibilidades de escala e a rigidez na proporção em que se devem combinar os fatores. Contudo, são inadequadas porque a periferia sofre com a superabundância relativa de mão-de-obra e com o atraso com que começa sua industrialização relativamente ao centro⁴.

⁴ Octávio Rodriguez, *A teoria do subdesenvolvimento da Cepal*, cap. 3. Rio de Janeiro, 1981.

Capítulo IV – A Transnacionalização do Capital

Em troca de inversões insignificantes, as filiais das grandes corporações saltam de um só pulo as barreiras aduaneiras latino-americanas, paradoxalmente levantadas contra a concorrência estrangeira, e se apoderam dos processos internos de industrialização. Exportam fábricas ou, freqüentemente, encurralam e devoram as fábricas nacionais já existentes (Galeano, 1991: p. 224).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da polarização internacional entre Estados Unidos e União Soviética, os países capitalistas puderam novamente agir de forma coordenada política e economicamente. Esta reorganização do sistema capitalista possibilitou a integração das economias centrais e a concentração econômica. Assim, as grandes empresas centrais puderam operar em escala global. Nascem, desta forma, as empresas transnacionais.

A integração dos mercados dos países centrais constituiu seguramente poderosa alavanca de aceleração do crescimento, porquanto abriu novas possibilidades às economias de escala e intensificou a concorrência. Contudo, sua mais duradoura consequência foi criar condições para que as atividades produtivas se organizassem transnacionalmente (Furtado, 1982: p. 106).

O processo de integração econômica do centro possibilitou aumentar sua taxa de crescimento, ampliando a distância que o separa da periferia. Ademais, como as minorias privilegiadas da periferia buscam sempre reproduzir o estilo de vida do centro, amplia-se o fosso que as separam da massa da população periférica (Furtado, 1974).

O dinamismo econômico no centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cênicos (Furtado, 1974: p. 45).

O início da operação dessas empresas na periferia ocorre ainda sob a industrialização por substituição de importações. Como nesse período era forte o protecionismo da periferia, houve a instalação de filiais dos conglomerados centrais. Estas filiais gozavam de um duplo benefício: além de não sofrerem a concorrência das empresas estabelecidas fora do país, ainda podiam operar internamente utilizando tecnologia, máquinas e equipamentos já amortizados e concorrer com as indústrias nacionais.

Dessa forma, convergiram duas ordens de fatores: o desejo dos países da região de reduzir o coeficiente de importação pela industrialização e o propósito de grupos internacionais de preservar a posição que possuíam tradicionalmente nos mercados desses países (Furtado, 1986: p. 224).

No período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial essa industrialização dirigida exclusivamente ao mercado interno teve o concurso crescente das empresas transnacionais. Utilizando tecnologia e, em muitos casos, equipamentos já amortizados, essas empresas puderam contornar as dificuldades criadas pela estreiteza dos mercados, que então começava a apresentar-se (Furtado, 1982: p. 122).

Nesta nova rodada de industrialização periférica, observa-se uma mudança no sentido de determinação entre oferta e demanda. Agora não é mais a demanda final que determina a oferta interna e sim a possibilidade das filiais usarem equipamentos amortizados que determina a demanda final. Foi a partir da

transnacionalização das empresas norte-americanas que se tornou possível a difusão do *American Way of Life*.

Foi graças à transnacionalização da produção liderada pelas empresas norte-americanas que se impôs em certo estilo de desenvolvimento baseado na uniformização dos padrões de consumo, no uso depredatório de recursos não renováveis e na rápida obsolescência dos bens finais (Furtado, 1982: p. 107-108).

Este processo de industrialização da periferia tinha, como já foi mostrado anteriormente, o objetivo principal de aliviar as tensões no balanço de pagamentos através da substituição de bens de consumo importados por produção interna. Contudo, este objetivo não foi alcançado por vários motivos:

- Não se desenvolveu uma política de estímulos à exportação de produtos manufaturados, de maior valor agregado (Prebisch, 1984);
- A geração de divisas para a aquisição dos bens de capital necessários à produção interna continuavam dependendo da exportação de produtos primários, que são atividades de baixo teor tecnológico e baixo poder de geração de divisas;
- A entrada das empresas transnacionais foi ainda mais danosa para as contas externas desses países, pois introduzia-se um novo componente gerador de déficits, que era o pagamento a financiamentos externos e a repatriação dos lucros.

Esses fatores, entretanto, levaram os países da periferia do sistema a aumentarem ainda mais sua dívida externa.

Lo que aquí interessa subrayar es que los ingresos transferidos por razón de servicios del capital extranjero no tienen una contrapartida de divisas creadas para ese efecto, precisamente porque el grueso de las inversiones se dirige principalmente o exclusivamente a actividades vinculadas al mercado interno (Pinto e Křakal, 1973: p. 77).

Esta fase da industrialização latino-americana, longe de diminuir a dependência de seus países com relação ao centro do sistema, acabou por reestruturá-la e aprofundá-la ainda mais. A América Latina passa a comprar dos Estados Unidos produtos mais sofisticados e de alto nível tecnológico. Como as filiais das grandes corporações procuram se abastecer junto às matrizes, aumenta a dependência de insumos originados destas últimas.

Além disso, como estes países estão sempre copiando os padrões de consumo do centro, em diversos setores a dimensão de mercado é insuficiente e há inadequação tecnológica. É nestes setores que as transnacionais predominam.

A dependência, antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens, agora se enraíza no sistema produtivo e assume a forma de programação pelas subsidiárias das grandes empresas dos padrões de consumo a serem adotados (Furtado, 1974: p. 89).

Nesta fase de desenvolvimento do capitalismo transnacional, observa-se a organização dos países em um novo sistema de divisão internacional do trabalho, em que os países centrais produzem mercadorias mais sofisticadas, de maior conteúdo tecnológico, e os países latino-americanos produzem matérias-primas e alimentos e produtos manufaturados. Entretanto, a participação desses países no comércio internacional através de produtos de maior valor adicionado não decorre do desenvolvimento de uma indústria nacional apta a concorrer com os países centrais, e sim da industrialização induzida e orientada pelas necessidades e pelos donos dos meios de produção estrangeiros. Aprofunda-se, então, a relação centro-periferia, e diminui a possibilidade de a periferia deixar de sê-la.

Temos que interrogar-nos se os povos da Periferia vão desempenhar um papel central na construção da própria história, ou se permanecerão como espectadores enquanto o processo de transnacionalização define o lugar que a cada um cabe ocupar na imensa engrenagem que promete ser a economia globalizada do futuro.

A nova ortodoxia doutrinária, ao pretender tudo reduzir à racionalidade formal, oblitera a consciência dessa opção. Se pretendemos reavivá-la, devemos começar por restituir à idéia de desenvolvimento o seu conteúdo político-valorativo (Furtado, 1982: p. 132).

Referências Bibliográficas

- Bielschowsky, R. (2000). "Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal – uma Resenha". In: Bielschowsky, R. (2000). *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal*. p. 13-68. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Cardoso, F.H. e Faletto, E. (1984). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 7ª ed.
- Cepal (1951). "Estudo Econômico da América Latina, 1949". In: Bielschowsky, R. (2000). *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal*. p. 137-178. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Fajnzylber, F. (1983). *La Industrialización Trunca de America Latina*. México: Editora Nueva Imagem.
- Furtado, C. (1961). Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: Bielschowsky, R. (2000). *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal*. p. 239-262. Rio de Janeiro: Editora Record.
- _____. (1974). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2ª ed.
- _____. (1976). *Prefácio a Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (1978). *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 3ª ed.
- _____. (1980). *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____. (1982). *A Nova Dependência: Dívida Externa e Monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 5ª ed.
- _____. (1986). *A Economia Latino Americana: Formação Histórica e Problemas Contemporâneos*. São Paulo: Nacional. 3ª ed.
- _____. (1987). *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- _____. (1990). La Naturaleza del "Centro Cíclico Principal". *Revista de la Cepal*, nº 42, diciembre de 1990, p. 11-16.
- _____. (2004). "A Atual Situação Econômica Mundial: Entrevista com Celso Furtado". In: *Revista de Economia Mackenzie*. Ano 2, número 2. São Paulo.
- Galeano, E. (1991). *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 32ª ed.
- Oliveira, F. (2000). Subdesenvolvimento: Fênix ou Extinção? In: Tavares, M. C. (2000). *Celso Furtado e o Brasil*. p. 121-128. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Pinto, A. e Kñakal, J. (1973). *América Latina y el cambio en la economía mundial*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.
- Prebisch, R. (1949). "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais". In: Bielschowsky, R. (2000). *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal*. p. 69-136. Rio de Janeiro: Editora Record.
- _____. (1963). "Por uma Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano". In: Bielschowsky, R. (2000). *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal*. p. 451-488. Rio de Janeiro: Editora Record.
- _____. (1973). "Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico". In: Bielschowsky, R. (2000). *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal*. p. 179-215. Rio de Janeiro: Editora Record.
- _____. (1984). "Five Stages on my Thinking on Development". *Pioneers in Development*, Gerald M. Meier e Dudley Seers (eds.). Publicação do Banco Mundial. Washington: Oxford University Press.
- Rodriguez, O. (1981). *Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Rostow, W. (1978). *Etapas do Desenvolvimento Econômico (Um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 6ª ed.
- Sunkel, O. (1970). "Desenvolvimento, Subdesenvolvimento, Dependência, Marginalização e Desigualdades Espaciais: por um Enfoque Totalizante". In: Bielschowsky, R. (2000). *Cinqüenta Anos de Pensamento na Cepal*, p. 521-566. Rio de Janeiro: Editora Record.

- _____. (1970 a). *El Marco Historico del Proceso de Desarrollo y de Subdesarrollo*. Santiago: ILPES.
- Tavares, M. C. (2000). Subdesenvolvimento, Dominação e Luta de Classes. In: Tavares, M. C. (2000). *Celso Furtado e o Brasil*. p. 129-154. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- _____. (2001) "O Subdesenvolvimento da Periferia Latino – Americana: O Caso do Brasil no Começo do Séc. XXI". Rio de Janeiro. Preparado para o Seminário em Homenagem ao Centenário de Raúl Prebisch. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/33.pdf>, retirado em 20-04-2004.

Anexos

Taxa Anual de Variação do PIB total e per capita, países selecionados

Períodos	América Latina		Argentina		Brasil		Chile		México	
	Total	per capita	Total	per capita	Total	per capita	Total	per capita	Total	per capita
1960	6,8	3,9	7,5	5,7	8,4	5,3	4,9	2,5	6,7	3,5
1961	6,4	3,2	6,7	5,0	9,8	6,6	4,2	1,8	4,6	1,4
1962	3,8	1,0	-1,4	-3,0	5,6	2,4	5,5	3,0	4,6	1,4
1963	2,4	-0,4	-2,4	-3,9	1,3	-1,7	5,7	3,1	7,6	4,4
1964	6,8	3,9	9,3	7,6	3,0	0,0	2,7	0,2	10,9	7,5
1965	4,3	1,6	8,4	6,8	0,3	-2,5	1,1	-1,2	6,3	3,1
1966	4,1	1,4	0,8	-0,7	3,8	1,0	9,6	7,3	6,8	3,5
1967	4,6	1,8	2,8	1,3	5,4	2,7	3,5	1,4	6,0	2,7
1968	6,7	3,9	4,2	2,7	10,3	7,5	3,7	1,6	7,7	4,3
1969	7,2	4,5	8,2	6,6	9,6	6,9	3,3	1,3	6,3	2,9
1970	8,3	5,6	5,1	3,5	9,3	6,6	2,0	0,1	6,6	3,3
1971	6,2	3,6	4,1	2,4	11,3	8,6	8,8	6,8	4,0	0,7
1972	6,9	4,2	1,9	0,2	12,0	9,4	-1,1	-2,8	8,4	5,0
1973	8,2	5,6	2,8	1,1	14,0	11,3	-5,2	-6,8	8,2	4,8
1974	6,4	3,8	6,4	4,7	8,3	5,8	1,7	0,0	6,0	2,8
1975	2,9	0,4	-1,2	-2,8	5,0	2,6	-12,4	-13,8	5,5	2,5
1976	5,7	3,2	-0,4	-2,0	10,2	7,6	3,6	2,0	4,2	1,2
1977	5,0	2,5	7,8	6,2	4,8	2,4	8,9	7,3	3,3	0,5
1978	4,0	1,6	-3,5	-4,9	5,0	2,5	7,7	6,1	8,2	5,3
1979	6,7	4,3	7,4	5,8	6,8	4,3	7,8	6,3	9,2	6,4
1980	6,5	4,1	3,1	1,5	9,2	6,8	7,4	5,8	8,2	5,6
1981	0,2	-2,3	-5,9	-7,3	-4,2	-6,3	5,8	4,3	8,8	6,2
1982	0,9	-3,0	-3,1	-4,5	0,7	-1,4	-12,6	-13,9	-0,6	-2,9
1983	2,3	-4,3	3,8	2,2	-2,9	-4,9	-2,6	-3,9	-4,2	-6,3
1984	-3,5	1,6	1,9	0,3	5,4	3,3	5,7	4,0	3,6	1,4
1985	-4,8	2,9	-6,6	-0,8	7,8	5,7	2,1	0,5	2,6	0,5
1986	-4,1	2,2	7,6	6,0	7,5	5,5	5,4	3,7	-3,8	-5,7
1987	-3,1	1,3	2,7	1,2	3,6	1,7	6,1	4,4	1,9	-0,2
1988	-0,4	-1,5	-2,1	-3,5	-0,1	-1,9	7,0	5,2	1,2	-0,7
1989	-1,0	-0,8	-6,2	-7,5	3,1	1,3	9,7	7,8	3,3	1,4
1990	-0,7	-2,5	-2,0	-3,3	-4,6	-6,2	3,3	1,6	5,1	3,1
1991	3,3	1,4	10,6	9,1	1,0	-0,6	7,3	5,6	4,2	2,2
1992	2,8	1,0	9,6	8,2	-0,3	-1,8	10,8	9,0	3,7	1,8
1993	3,3	1,6	5,9	4,5	4,5	3,0	6,9	5,1	1,8	-0,1
1994	5,2	3,4	5,8	4,4	6,2	4,7	5,0	3,3	4,5	2,6
1995	1,1	-0,5	-2,9	-4,1	4,2	2,7	9,0	7,3	-6,2	-7,8
1996	3,7	2,1	5,5	4,1	2,5	1,1	6,9	5,4	5,4	3,7
1997	5,2	3,5	8,0	6,6	3,1	1,7	6,8	5,3	6,8	5,1
1998	2,3	0,6	3,8	2,5	0,1	-1,2	3,3	1,9	5,0	3,3
1999	0,5	-1,0	-3,4	-4,6	1,0	-0,3	-0,7	-2,0	3,7	2,1
2000	3,9	2,2	-0,8	-2,0	4,0	2,6	4,4	3,1	6,8	5,2
2001	0,4	-1,2	-4,4	-5,6	1,5	0,2	2,8	1,6	-0,4	-1,9
2002	-0,5	-1,9	-11,0	-12,1	1,5	0,2	1,8	0,6	1,2	-0,3

Fonte: CEPAL

Distribuição de Renda em países selecionados

Bolívia	1997	1999	2002
1º Decil	0,54	0,27	0,34
2º Decil	1,39	1,04	1,18
3º Decil	2,32	2,28	2,20
4º Decil	3,45	3,59	3,32
5º Decil	4,64	4,98	4,44
6º Decil	6,09	6,48	5,81
7º Decil	7,93	8,65	7,67
8º Decil	10,83	11,50	10,60
9º Decil	16,43	17,28	15,79
10º Decil	46,38	43,93	48,65

Fonte: CEPAL

Colômbia	1991	1997	1999	2002
1º Decil	1,15	0,86	0,72	0,80
2º Decil	2,47	2,12	1,84	2,09
3º Decil	3,39	2,98	2,61	2,91
4º Decil	4,34	3,87	3,36	3,88
5º Decil	5,33	4,87	4,33	4,87
6º Decil	6,60	6,08	5,34	6,17
7º Decil	8,22	7,76	6,86	7,85
8º Decil	10,68	10,28	9,14	10,36
9º Decil	15,12	15,22	13,84	15,09
10º Decil	42,70	45,99	51,95	45,98

Fonte: CEPAL

Brasil	1990	1996	1999	2001
1º Decil	0,66	0,54	0,61	0,58
2º Decil	1,41	1,36	1,44	1,41
3º Decil	2,12	2,07	2,12	2,13
4º Decil	2,91	2,92	2,92	2,94
5º Decil	3,90	3,89	3,85	3,87
6º Decil	5,17	5,14	5,04	5,11
7º Decil	7,01	6,78	6,65	6,75
8º Decil	10,02	9,60	9,31	9,37
9º Decil	16,23	15,49	15,03	15,05
10º Decil	50,57	52,20	53,02	52,80

Fonte: CEPAL

México	1989	1994	1998	2002
1º Decil	1,40	1,41	1,37	1,47
2º Decil	2,47	2,31	2,25	2,51
3º Decil	3,35	3,17	3,10	3,38
4º Decil	4,20	4,01	4,07	4,32
5º Decil	5,18	5,04	5,21	5,44
6º Decil	6,39	6,36	6,45	6,77
7º Decil	8,01	8,07	8,13	8,50
8º Decil	10,31	10,66	10,70	11,00
9º Decil	14,88	15,55	15,62	15,93
10º Decil	43,82	43,42	43,09	40,67

Fonte: CEPAL

Chile	1990	1996	1998	2000
1º Decil	1,24	1,27	1,19	1,20
2º Decil	2,31	2,25	2,18	2,28
3º Decil	3,07	3,05	2,99	3,05
4º Decil	3,91	3,88	3,83	3,88
5º Decil	4,86	4,84	4,78	4,86
6º Decil	6,08	6,05	5,99	6,01
7º Decil	7,72	7,77	7,67	7,63
8º Decil	10,21	10,46	10,35	10,09
9º Decil	15,48	15,73	15,79	15,19
10º Decil	45,10	44,70	45,22	45,82

Fonte: CEPAL

Paraguai	1999	2001
1º Decil	0,85	0,69
2º Decil	1,77	1,69
3º Decil	2,72	2,74
4º Decil	3,74	3,71
5º Decil	4,85	5,09
6º Decil	6,31	6,49
7º Decil	8,44	8,14
8º Decil	10,96	10,85
9º Decil	16,68	15,90
10º Decil	43,68	44,70

Fonte: CEPAL

Peru	1997	1999	2001
1º Decil	0,95	0,99	1,12
2º Decil	2,00	2,01	2,22
3º Decil	2,94	3,01	3,19
4º Decil	4,06	3,98	4,27
5º Decil	5,35	5,08	5,46
6º Decil	6,77	6,40	6,91
7º Decil	8,63	8,21	8,79
8º Decil	11,40	10,67	11,39
9º Decil	16,28	15,05	16,00
10º Decil	41,61	44,60	40,64

Fonte: CEPAL

Venezuela	1990	1997	1999	2002
1º Decil	1,47	1,31	1,06	1,00
2º Decil	2,78	2,52	2,53	2,46
3º Decil	3,87	3,44	3,57	3,49
4º Decil	4,88	4,42	4,60	4,59
5º Decil	6,14	5,57	5,84	5,78
6º Decil	7,48	6,97	7,30	7,22
7º Decil	9,33	8,74	9,03	9,15
8º Decil	11,93	11,39	11,69	11,93
9º Decil	16,40	16,51	16,57	16,91
10º Decil	35,73	39,13	37,80	37,48

Fonte: CEPAL